



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

QUESITO RAÇA/COR: ENTRE ENTRAVES E ENLACES NA APLICAÇÃO NO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Malu Ribeiro Vale¹

Resumo: Esse artigo objetiva em linhas iniciais e gerais estabelecer um debate com profissionais do serviço sobre o uso do quesito raça cor em seus instrumentos, e da compreensão do componente étnico racial nas demandas que chegam até o mesmo.

Pretendemos estabelecer um caminho teórico metodológico de apresentação da discussão e demonstrar como isso pode se expressar no cotidiano profissional na dimensão técnico operativa e as implicações ético políticas das escolhas de pautar ou não o debate.

Em consonância com a campanha assistentes sociais no combate ao racismo, compreendendo a ação de preenchimento do quesito como uma das possibilidades de combate ao racismo institucional que também pretendemos contribuir com os profissionais

Palavras-Chaves: Quesito Raca cor, racismo, racismo institucional, exercício profissional.

Abstract: This article aims at starting and general lines to establish a debate with service professionals about the use of the color question in their instruments, and the understanding of the ethnic racial component in the demands that reach the same. We intend to establish a theoretical methodological way of presentation of the discussion and to demonstrate how this can be expressed in the professional daily life in the operational technical dimension and the ethical political implications of the choices to govern or not the debate. In line with the campaign social workers in the fight against racism, including the action of filling the question as one of the possibilities to combat institutional racism that we also intend to contribute with professionals Key words: Quesito Color race, racism, institutional racism, professional practice.

Apresentação

Apesar da aparente novidade quando se trata da questão racial, a mesma ao modo que está conformada, já é existente há décadas, contudo invisibilizada. A cada reordenamento social, político econômico há mudanças no trato da questão, contudo mantendo seu carácter subalternizado, demonstrando de modo bem real e evidente as tramas da estrutura que operam, estando sob a égide da hierarquização, dominação e alienação.

Fato é que, a questão racial, que se apresenta como um dos dilemas da modernidade é também elemento fundamental na história do mundo moderno, dentre os demais estão as guerras religiosas, as desigualdades masculino-feminino, as **questões referentes a diversidade sexual***, o contraponto natureza e sociedade e as contradições de classes sociais e que são dilemas postos para nosso complexo social individual e coletivo.

A modernidade segue sendo desafiada pelo “desencantamento do mundo”, diante do irracional preconceito e superstições expressas em intolerâncias e racismos, interesses e

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidadae Federral do Rio de Janeiro, E-mail: malu.r.vale@gmail.com.

ideologias, adentrando o século XXI ainda debatendo questões da contradição natureza e sociedade expressos em tensões como hierarquias masculino-feminino, as tensões e lutas de classes, elementos vinculados à questão racial e intolerância religiosa.

Vale o constante exercício de reflexão que tenta desvelar os meandros presentes na questão racial expressos das mais diversas formas dentre eles, etnicismos, intolerâncias, preconceitos, segregações, racismos e ideologias raciais.

É importante entender que a forma que as relações sociais são produzidas interferem na dinâmica da compreensão de raça, racionalização e racismo e de como esses conceitos se expressam na realidade através das implicações políticas, econômicas e sociais.

Racializar ou estigmatizar o “outro” e os “outros” é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades. Sob todos os aspectos, a “raça” é sempre “racialização”, trama de relações no contraponto e nas tensões “identidade”, “alteridade”, “diversidade”, compreendendo integração e fragmentação, hierarquização e alienação. (IANNI, 2004:21)

O elemento central para entendimento da categoria raça é que essa está vinculada a uma marca fenotípica e que simultaneamente é utilizada para subalternização de determinado segmento social e esse é um aspecto fundamental da ideologia racial no qual

“o estigmatizado, aberta ou veladamente, é levado a ver-se e a movimentar-se como estigmatizado, estranho, exótico, estrangeiro, alheio ao “nós”, ameaça; a despeito de saber que se trata de uma mentira. Precisa elaborar e desenvolver a sua autoconsciência crítica, tomando em conta o estigma e o estigmatizador, o intolerante e a condição de subalternidade em que está jogado.” (IANNI, 2004:22)

Ao pensarmos a interrelação social é importante entender que o componente subjetivo é desempenha um papel importante ou mesmo decisivo na trama das relações e sociabilidade racial e que em contrapartida entender que o marginalizado ou estigmatizado desenvolve uma consciência social e **racial**.

A ideologia racial é a que dirá quem “pode”, é ela que articula, desenvolve e desencadeia ações que justifiquem de modo individual e/ou coletivo as desigualdades, tensões e conflitos raciais, ou seja, os racistas fundamentam seus argumentos na desqualificação do “outro” ou dos “outros”, argumentos esses que se apresentam como argumentos que parecem consistentes e convincentes.

Nesse sentido é que essa ideologia é uma técnica de estigmatização recorrente, reiterada em diferentes fórmulas e verbalizações, desenvolvendo a metamorfose da marca em estigma. Sob vários aspectos, essa ideologia racial é transmitida por gerações e gerações, através dos meios de comunicação, da indústria cultural, envolvendo também sistema de ensino, instituições religiosas e partidos políticos; e tem sido, continuando a ser, um componente nuclear da cultura da modernidade

burguesa. Esse o contexto em que formula, cria ou engendra “o mito da democracia racial”, significando que a sociedade brasileira seria uma democracia racial, sem ser uma democracia política e, muito menos, uma democracia social. (IANNI, 2004:22)

Nessa dinâmica é importante entender que o subalterno também elabora sua “contra ideologia”, que esse subalterno no geral é o “outro” não branco, podendo ser o negro, judeu, índio e ciganos, mas que em se tratando de Brasil o negro possui suas especificidades e que é fundamental entender que o “branco” está em lugar de “superioridade” a partir não só do componente racial mas também sociais, enquanto classe dominante.

As vivências do estigmatizado o atravessa de modo que sua percepção, sensibilidade, compreensão; constrói e reconstrói a sua consciência no contraponto do “eu” e do “outro”, do “nós” e do “eles”, dos “subalternos”, dos “dominantes”. Assim, sendo de modo particular e aos poucos, ou de repente, pode se perceber um entendimento mais amplo e vivo de qual é a sua real situação, de quais são os nexos do tecido social no qual é esse emaranhado e principalmente de como essa sua situação implica decisivamente na ideologia e a prática dos que discriminam. É nesse percurso em que se alcança, e é dessa possibilidade de um movimento coletivo dessa consciência crítica que nasce a transformação, a ruptura ou a transfiguração.

Dentro da dinâmica da sociedade brasileira, mas não apenas, traz na dialética do escravo e do senhor uma das mais importantes alegorias do mundo moderno e nessa

dialética das relações sociais, nas quais se inserem as relações raciais: o indivíduo, tomado no singular ou coletivamente, forma-se, conforma-se e transforma-se na trama das relações sociais, formas de sociabilidade, jogos de forças sociais (...) o clima em que germina o “eu” e o “outro”, o “nós” e o “eles”, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, divisão do trabalho social e alienação, lutas sociais e emancipação.” (IANNI, 2004:24)

De certo que, para além da contradição de classe expresso na sociedade capitalista, a mesma se expressa em contradições outras tais quais questão racial, assim como as desigualdades masculino-feminino a partir da globalização da questão social, desenvolve-se e intensifica-se mais um ciclo de racialização do mundo.

O movimento relativamente fácil, seria reconhecer toda essa dinâmica de enigmas como algo natural

Mas é possível imaginar que esses problemas ou enigmas podem ser fermentos de outras formas de sociabilidade, outros jogos das forças sociais, outro tipo de sociedade, outro modo de produção e processo civilizatório; com os quais se põe em causa a ordem social burguesa prevalecente, revelando-se a sua incapacidade e

impossibilidade de resolvê-los, reduzi-los ou eliminá-los. Sim, esses problemas ou enigmas podem ser tomados como contradições sociais abertas, encobertas ou latentes, permeando amplamente o tecido das sociedades nacionais e da sociedade mundial, com os quais se fermenta a sociedade do futuro. (IANNI, 2004:25)

É na tentativa de fermentar o futuro, na construção de uma sociedade antirracista que, ter a percepção da importância desse debate ao exercício profissional torna-se cada dia mais necessário. Ainda que hoje tenhamos um aparato de legislações e instrumentos que municiem esse debate no interior da profissão, tal como a Campanha de Triênio do Conjunto CFESS/CRESS “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, o que podemos observar é que ainda precisamos fortalecer ações no sentido de combate ao racismo,

embora estejam numa crescente – no campo da luta antirracista no Serviço Social, que reverbera na formação profissional limitando o aprofundamento de uma análise da totalidade da realidade brasileira, ou seja, em que medida o racismo impacta o processo de formação e trabalho profissional. (ABEPSS, 2018: 11)

E sobre esse lugar que queremos debruçar nossa reflexão, o exercício profissional de assistentes sociais.

O Exercício Profissional e o Princípio 11.

Talvez nosso primeiro contato com algumas pautas mais “humanistas” estejam no princípio 11 que diz o *“Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.”* (CFESS, 1993), contudo a decorrer da formação e durante o exercício profissional no cotidiano, não damos conta de como por em prática tais princípios, ou da importância de conseguirmos traçar um perfil realista da população atendida, muitas vezes pelo fato de que nossa formação profissional conseguiu nos instrumentalizar para o debate de classe, mas não nos formou para entender os meandros postos na nossa formação social brasileira, que nos permitiria perceber que majoritariamente essa classe trabalhadora tem cor.

E é partir do exercício profissional como instrumento de combate ao racismo em consonância com Código de ética, que queremos problematizar a importância de gerar dados, e de como isso não se expressa muitas vezes nos nossos instrumentais de trabalho, negligenciando os quesitos raça/cor. De modo empírico e partindo de um princípio de análise de fontes secundárias, a exemplo IBGE, podemos afirmar que majoritariamente nossos usuários são negros, porém por qual motivo essa afirmação se torna facilmente questionável, ou de difícil contabilização?

O primeiro motivo está vinculado a “não veracidade” dado visto que o mesmo é autodeclaratório e que por vezes são os profissionais que o fazem a partir de suas apreensões atravessadas por um racismo em que categorizar alguém negro é visto como algo ruim, a segunda se inter-relaciona com a primeira, visto que muitos profissionais sequer aplicam o quesito informando de ante mão que o usuário preferiu não se auto declarar. Ambas as situações o controle do dado é único e exclusivo do profissional, posteriormente quando há estudos que estabeleçam perfis populacionais, em sua maioria o marcador raça/cor dificilmente é um determinante para o tipo de política pensada ou aplicada.

A quem ofende o quesito raça cor?

Essa é uma elaboração que precisa estar presente entre nós, o que ganhamos e o que perdemos com a não aplicação desse quesito. Levando em consideração a sociedade brasileira que construiu um mito de democracia racial, alinhado a um ideário de mestiçagem, não aplicar o quesito raça cor é uma escolha política que fortalece o lugar de subalternidade do negro nessa sociedade, que não considera os impactos dos mais de 300 anos de escravidão e toda herança deixado por ela.

Diante disso convidamos a seguinte reflexão, partindo do princípio de que já compreendemos que racismo existe nessa sociedade, nos perguntamos: Qual minha colaboração ou não com a manutenção ou reprodução do racismo no meu exercício? A resposta é, a reprodução operada pelo racismo institucional que é

o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas em razão de sua cor, cultura, ou origem étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

Como combater essa reprodução do racismo institucional e não apenas? Há uma célebre frase da ativista, escritora e intelectual negra Ângela Davis que diz: “*Não basta não ser racista, é necessário ser antirracista*” e é essa reflexão inicial que queremos propor ao conjunto de profissionais do serviço social. Iniciemos pelo nosso cotidiano com ações reais e do concreto do cotidiano profissional, tornando o quesito raça, o recorte racial um marcador constante de nossas análises. Fazendo isso estaremos não apenas dando respostas na dimensão ético-política da profissão, mas também técnico-operativa, e a partir dessa coleta de dados e de um revisitar a

nossa formação social brasileira será possível a construção de uma nova formação e elaboração teórico -metodológicas mais calcadas na nossa realidade. Pois como afirma (Almeida,2018) “a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” tão logo debater raça e racismo é de fundamental importância.

Conclusão

Como explicitado inicialmente, esse artigo se pretende a ser um “pontapé” inicial no debate. Hoje temos vivenciado debates que vem resgatando a discussão da formação social brasileira e o entendimento de como racismo é estrutural e estruturante na nossa sociedade colocando em pauta discussões tão importantes e caras, e para além, com intuito de pensar a participação política dos assistentes sociais. Este debate está em aberto e é urgente que ele seja deflagrado, a fim de que a profissão continue a sua trajetória de luta em prol de uma classe trabalhadora e da defesa de seus direitos, bem como a compreensão de como isso impacta sobre si. O atual cenário político-econômico do país mostra a necessidade da reorganização dos trabalhadores, movimentos sociais e categorias profissionais. Para um real avanço nas lutas é necessário que os movimentos sociais abandonem sua visão endogenista, ainda existente, e retomem as análises da realidade com base nas grandes teorias. O espaço está posto, as ações estão sendo encaminhadas, só nos resta sermos sujeitos ativos nesse processo contribuindo de forma qualitativa ao debate.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, S. D. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. *Temporalis*, Brasília, vol.15, n.29, p.p. 331-333, 2015.

ALMEIDA, S. D. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. *Temporalis*, Brasília, vol.15, n.29, p.p. 331-333, 2015.

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Brasil, Centro de Referência e Treinamento DST/aids. Perguntar não ofende Qual é a sua Cor ou Raça/Etnia? Responder Ajuda a prevenir Série: Prevenção às DST/aids. São Paulo, 2009.

CFESS. Código de Ética do Assistente social: Brasília: CFESS,1993.

CFESS. Assistente Social no combate ao preconceito – Caderno 3: “Racismo”. Brasília: CFESS, 2016

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o Estudo de Raça e Etnicidade. (In)HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p: 276 a 307.

IANNI, Octávio. Dialética das Relações Raciais. **Estudos Avançados**. 18 (50), 2004, p. 21-30

ROCHA, R. da F. A Questão étnico-racial no processo de formação em serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 99, p.p. 54-56, jul./set. 2009.

_____. A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

Site:

www.assistentessociaisnocomabteoracismo.com.br

Documentos

Carta de Porto Alegre 2018.